

O Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964¹

*Helio Ibiapina Lima**

O Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964 abortou a possibilidade de um golpe que seria desfechado pela esquerda populista e do assalto dos comunistas ao poder.

Após uma rápida fase punitiva, abriu caminho para uma verdadeira REVOLUÇÃO nas áreas social, política e econômica, que produziu, no período de vinte anos, um extraordinário desenvolvimento do Brasil.

Foi evidente que o Marechal Odylio Denys não acreditou que a decisão política – adoção do parlamentarismo – fosse um bom desfecho para a crise institucional criada com a posse de Jango. Empossado, sem perda de tempo, João Belchior Goulart e seus áulicos passaram a tramar a derubada do sistema por intermédio de um plebiscito antecipado e preparado cuidadosamente, confirmando as suspeitas do velho e experiente Marechal que, livre de quaisquer compromissos, tratou de levar suas convicções aos amigos civis e militares que as foram transmitin-

do a outros oficiais mais jovens e políticos influentes. O desentendimento existente entre setores importantes das Forças Armadas remanescentes das crises de 1954, 1955 e 1961 não poderia continuar e muito menos ser agravado.

A Preparação da Resistência

Grupos de oficiais da reserva, sempre aproximados dos corpos de tropa, nas diferentes unidades da Federação, ligavam-se entre si e buscavam integração com civis, alertando-os para os perigos da sistemática e tendenciosa

* O autor é General-de-Brigada; à época era Tenente-Coronel e servia no Estado-Maior do então IV Exército.

¹ Transcrito da Revista do Clube Militar, edição especial de março de 2004.

aproximação do governo João Goulart com os elementos de formação marxista, nas mais diversas representações da sociedade, nas áreas do próprio governo, da política, dos sindicatos, das associações rurais e estudantis. Na área militar, os ativistas das esquerdas tentaram criar a figura de *General do Povo*, promover a intriga de oficiais com graduados, entre oficiais de carreira e auxiliares. Esse antagonismo chegou, em algumas áreas de grandes comandos, a dificultar o trabalho de planejamento das operações de defesa interna, como no Grande Recife, onde os estados-maiores do Distrito Naval, do IV Ex e da 2ª Zona Aérea sequer conseguiam delimitar seus espaços de atuação na defesa dessa área, por desconfiança recíproca. Penosamente, quase fruto de esforço pessoal e paralelo, foi conseguido superar esse problema, da mesma forma que, em redobrado esforço, grupos de oficiais, em notável atuação, tentavam impedir o aprofundamento das divergências fomentadas por elementos ligados ao governo ou por agitadores, seus aliados.

O governo Goulart pressionado pelos sindicatos, pelo governador de Pernambuco, pelos populistas e pelos comunistas terminou por jogar a cartada do retorno ao presidencialismo pela via do *referendum* popular. Nessa decisão envolveu até comandos militares, mais uma vez ferindo a disciplina, como foi o caso da 10ª Região Militar em Fortaleza. O plebiscito foi favorável ao governo, porém as reações foram contrárias às pretensões dos agitadores de esquerda e do Presidente. Militares e civis ligados ao Marechal Denys intensificaram suas atividades junto aos governos de São Paulo e Minas Gerais e comandantes do então II Exército (Gen Amaury Krueel) e da 4ª Região Militar (Gen Olympio Mourão Filho).

A imprensa começou a alertar a sociedade, veladamente, para o perigo da instalação premeditada de uma *República Sindicalista*. As classes produtoras, apreensivas, com as tendências do governo, procuram grupos de oficiais em cada Unidade da Federação para lhes transmitir suas preocupações e lhes mostrar a tremenda responsabilidade que pesava sobre as Forças Armadas na garantia das instituições e da esperança que a Nação nelas depositava.

Alguns governadores iniciaram o trabalho de resistência, marcadamente nos estados da Guanabara, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Outros, porém, como Piauí, Pernambuco e Sergipe, até empenhando perigosamente suas polícias militares e civis, encorajavam João Goulart a fazer as chamadas reformas de base *na lei ou na marra*. Os piores exemplos desses governos eram os de Pernambuco e de Sergipe. Em Pernambuco chegou-se ao ponto de as unidades militares não terem qualquer segurança afastada, fato que preocupou o estado-maior do então IV Exército, sob comando do General Humberto de Alencar Castello Branco.

Um grupo político, da maior importância, foi organizado no Congresso Nacional – a Ação Democrática Parlamentar –, com o objetivo de procurar conduzir o governo Goulart dentro de limites reformistas aceitáveis pela sociedade e de respeito às bases da disciplina e da ordem nas Forças Armadas. Nada de importante resultou desse elogiável esforço.

As igrejas movimentaram-se em suas respectivas áreas e acompanharam os anseios dos seus fiéis da sociedade, impacientes e angustiados com a desordem. Uniram-se nas *Marchas com Deus pela Liberdade*, particularmente em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Ja-

neiro, onde movimentaram milhões de mulheres e jovens. Entrementes, oficiais da reserva das Forças Armadas cruzaram o Brasil em todos os sentidos, ombro a ombro com civis, apoiados por um empresariado assustado.

O Gen Castello Branco, já chefe do Estado-Maior do Exército, aproveitando as facilidades que o órgão lhe concedia e em viagens de férias, manteve contato com os grandes comandos, não perdendo ocasião de pregar sua lição de respeito à missão constitucional das Forças Armadas. Por fim, em documento extraordinário, produzido por ocasião do encerramento dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento, em dezembro de 1963, definiu a responsabilidade do militar para com o Estado (destinação constitucional) e não com o Governo e seus planos políticos. Esse documento, amplamente divulgado entre os militares, lhes causou forte impressão.

O Governo planejou, com alarde, um comício na Central do Brasil, (13.3.1964), pretensa provocação à Nação, e um *jantar/comício* na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro (30.3.1964), afronta direta às Forças Armadas pela quebra total da disciplina.

Eclosão do Movimento

Tornaram-se ainda mais evidentes as articulações do General Castello Branco, do Marechal Denys, do General Costa e Silva, do General Cordeiro de Farias, do General Muricy e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no sentido de que o governador de São Paulo decidisse iniciar o movimento político-militar. As suas preocupações, como as dos diversos grupos de oficiais espalhados pelo Brasil, giravam em torno de como

organizar a resistência para atender ao justo reclamo da sociedade, dos empresários e dos militares. As questões fundamentais eram: onde e quando iniciar as operações. Como proceder para conseguir vitória rápida, impedindo intervenções externas indesejáveis?

Documento secreto do Chefe do Estado-Maior do Exército, de caráter pessoal, foi enviado aos grandes comandos, no seguinte teor:

“Vencer o mais rápido possível. Iniciar as operações após uma atitude do Governo que abalasse a Nação já inquieta. Iniciar em São Paulo ou Minas Gerais, estados de população representativa e de maior peso político, com apoio do Governo do Estado. Data mais provável 2.4.1964”.

O documento recebido do General Castello mereceu do então Comandante do IV Exército a seguinte resposta:

“1. Inteiramente de acordo; 2. O IV Ex não tem condições de iniciar as operações; 3. O IV Ex não poderá atuar ao sul da Bahia; 4. Este Comando deseja ter liberdade de ação na área enquanto durarem as operações.”

Em linguagem clara, esta resposta foi mostrada a mim e ao Tenente-Coronel Antonio Bandeira, antes de ser levado ao General Castello Branco pelo então Major Waldyr Pereira da Rocha.

Em face da anormal repercussão do comício da Central do Brasil na sociedade e, sobretudo, a reação provocada nas Forças Armadas por um evento fora dos limites da tolerância, João Goulart e seus amigos passaram a apelar junto aos comandantes de área no sentido de se manterem fiéis ao Governo constituído. Tais apelos tiveram curso entre os dias 25 e 31 de março. De modo geral, o apoio lhes foi negado e, em troca, o Governo recebeu ape-

los sinceros para que não fosse realizado o *jantar-comício* programado para o dia 30.3.1964 e fossem imediatamente substituídos os elementos radicais do Governo que desejavam uma ação direta do Presidente, sem respeito à Constituição e em desafio permanente às Forças Armadas, com insistência nas tentativas de destruição de seus fundamentos disciplinares e organizacionais. Devemos destacar entre os demais, pela sua importância, o que lhe fez o General Kruel, tendo em vista não só a amizade, como a importantíssima função de comandante do II Exército que exercia. O Governo revelou uma insensibilidade total.

O *jantar-comício* do Automóvel Clube, realizado conforme programado, um verdadeiro desafio e desrespeito à disciplina das Forças Armadas, ultrapassou todas as expectativas. A Nação angustiada mostrou que já não era mais possível continuar o desgoverno e a baderna capitaneados por João Goulart. Havia chegado, por fim, o esperado ato que abalara a Nação. Chegara o momento da ação.

Ademar de Barros, então Governador de São Paulo, com argumentos históricos, se negava a assumir a responsabilidade de dar início ao movimento, resistindo aos apelos do Marechal Denys, do General Costa Silva e de alguns políticos. A decisão estaria, pois, com Minas Gerais com o Governador Magalhães Pinto e com o General Mourão.

Principais acontecimentos da noite e madrugada de 31 de março de 1964:

1. O Governador de Minas, Dr Magalhães Pinto, lança um manifesto à Nação.

2. Tropas de Minas Gerais marcharam, na direção do Rio de Janeiro, sob o Comando do General Olympio Mourão Filho (4ª Divisão de Infantaria) e na direção de Brasília,

sob o Comando do General Carlos Luís Guedes, reforçados por tropas da Polícia Militar de Minas Gerais.

3. Ao IV Exército chegou rádio cifrado, do Chefe do Estado-Maior do Exército: "*Operações Minas antecipadas. Sugiro sua vez.*" O IV Exército aderira ao Movimento e estava em operações nos seguintes pontos críticos: Palmares (PE), Caruaru (PE) e Goiana (PE). Tudo ocorria conforme mudanças realizadas nos planos de defesa do IV Exército pelo próprio Comandante, General Justino Alves Bastos, em reunião realizada das 18h às 23h do dia 30.3.1964, com o Estado-Maior e os comandantes do 14º RI (Socorro/PE), 15º RI (João Pessoa/PB) e 16º RI (Natal/RN), comandantes das principais tropas da 7ª Região Militar que, na tarde de 30 de março, haviam-se apresentado ao Comandante do IV Exército, informando que não mais obedeceriam ordens do seu Comandante, General Franco Ferreira. Essas cidades eram os pontos de reunião dos sindicatos, das ligas camponesas e dos subversivos que apoiavam o Governador Miguel Arraes de Alencar. Surpreendidos, o Governador e sua Polícia Militar não tiveram condições de reagir, evitando-se assim o derramamento de sangue que todos esperavam.

4. As Forças do I Exército (Rio de Janeiro) marcharam na direção de Juiz de Fora (Destacamento General Cunha Melo), com a missão de deter o avanço das tropas mineiras, e na direção de São Paulo (Destacamento General Anfrísio) para, na direção Barra Mansa - Juiz de Fora, ameaçar o flanco direito das tropas de Minas, bem como, em Resende, cobrir-se contra tropas do II Exército (o General Kruel ainda não se definira), impedindo seu avanço sobre o Rio de Janeiro.

5. O Comandante da Academia Militar, Gen Médici, decidiu, com os cadetes reforçados pelo Batalhão de Serviços, inicialmente, evitar que tropas do I e do II Exército travassem combate na região de Resende. Depois, aderiu ao Movimento e, por solicitação do General Costa e Silva, decidiu garantir a livre passagem das tropas do II Exército em Resende, na direção do Rio de Janeiro.

Desenrolar dos acontecimentos

As tropas do I Exército, no eixo Rio-Juiz de Fora, influenciadas pelas presenças do Marechal Denys e General Muricy na linha de frente das tropas de Minas, resolveram aderir ao Movimento, deixando as tropas do I Exército (Destacamento Anfrísio) com o flanco direito e retaguarda descobertos. O General Anfrísio, em face da evolução da situação, apenas entrou em contato com as tropas da AMAN e resolveu retornar ao Rio sem combater.

Na área do II Exército tudo foi pacífico, em face da posição da tropa do Vale do Paraíba e da ação do Gen Médici, com a tropa de cadetes evitando o choque de forças do I e do II Exército na região de Queluz ou Resende.

Prosseguiram as adesões, em todo o território nacional, nos dias 31 de março e 1º de abril.

As tropas de Minas, agora reforçadas por tropas do I Ex, entraram vitoriosas no Rio de Janeiro, ainda na manhã do dia 1º de abril de 1964.

Na área do III Exército (RS, SC e PR), tropas da fronteira de Santa Catarina e do Paraná e tropas de Santa Maria decidiram apoiar o Movimento. O General Poppe de Figueiredo (Comandante da 3ª Divisão de Infantaria/Santa Maria) assumiu o Comando do III Exército *Revolucionário* e, com o Governador Ildo Me-

neguetti, marchou sobre Porto Alegre, assumiu o comando do III Exército e restabeleceu a sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O General Adalberto Pereira dos Santos (Comandante da 6ª Divisão de Infantaria), que havia transferido sua sede para Cruz Alta, por segurança, desde algum tempo solidário ao Movimento, retornou a Porto Alegre logo depois do General Poppe. Aderiram ao Movimento o General Camarinha, Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, e o Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria.

João Goulart pretendeu dirigir-se a Brasília e Porto Alegre, onde pensava instalar o governo da resistência. A situação nessas duas cidades não apresentava condições para que ele recebesse o suporte que esperava do General Nicolau Fico, no Comando Militar do Planalto, e muito menos do General Benjamim Rodrigues Galhardo, em Porto Alegre. João Goulart é aconselhado a seguir para o Uruguai, pois seu *dispositivo militar* já não lhe oferecia qualquer possibilidade de resistência.

Às 6h do dia 1º de abril, o Governador de Pernambuco está virtualmente cercado e imobilizado, perdendo as condições para continuar no Governo. Os governadores de Alagoas e da Bahia, desde o início das operações, apoiaram decididamente o Movimento. O do Piauí tentou articular a resistência com o de Pernambuco, porém retornou de Natal em face do Governador Arraes já estar cercado. Os de Pernambuco e de Sergipe tentaram reagir e foram destituídos e presos. Os demais se mantiveram em discreta neutralidade, aderindo pouco a pouco.

Praticamente a união das Forças Armadas foi conseguida e é possível dizer que, dentro das primeiras 36 horas, o Movimento contava com o apoio da totalidade dos comandos.

Os incidentes com tropa foram mínimos, registrando-se um no Recife, com a morte de dois estudantes, próximo ao Palácio Santa Izabel, horas antes da prisão de Arraes. Outro na 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, envolvendo o Comandante, Brigadeiro Wanderley, e dois oficiais da própria Zona Aérea. O Brigadeiro foi ferido e o Tenente-Coronel Alfeu morreu. O incidente, na Base Aérea de Canoas, exigiu a atuação de tropa do Exército.

Com a fuga de João Goulart, o Congresso declarou vago o cargo de Presidente da República e o Governo foi entregue, provisoriamente, ao Presidente da Câmara, Ranieri Mazilli, solução constitucional que foi ratificada, posteriormente, pelo Comando Supremo da Revolução.

A imprensa de todo o Brasil comemorou a vitória como a salvação nacional e como verdadeiro milagre. Os editoriais do *O Globo/RJ*, do *O Estado de São Paulo/SP*, do *Jornal do Comércio/PE* atestam o estrondoso apoio popular do Movimento. Porém, mais significativas foram as demonstrações populares de regozijo pela vitória, reunindo milhões de pessoas em passeatas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e em quase todas as capitais de estados do Brasil. A experiência subversiva do Presidente João Goulart e a segunda tentativa de tomada do poder pelos comunistas estavam efetivamente encerradas.

Consolidação do Movimento Revolucionário

O Ministro da Guerra, o General Jair Dantas Ribeiro, doente e recolhido a um hospital, passara o Ministério ao Gen Âncora, Comandante do I Exército. Em face dos acon-

tecimentos e com a adesão do Destacamento Cunha Melo às tropas do General Mourão, o General Ancora passou o Ministério ao General Arthur da Costa e Silva, o general mais antigo em serviço na guarnição do Rio de Janeiro que, imediatamente, declarou sua solidariedade ao Movimento, chamando um grupo de juristas a quem deu a missão de preparar um documento institucionalizando-o. Estabeleceu o *Supremo Comando da Revolução*, composto pelos três ministros militares, que aprovou o Ato Institucional nº 1 (AI nº 1), limitando-o para o período de noventa dias corridos e, com apoio do Supremo Comando da Revolução e dos oficiais gerais das Forças Armadas, tratou de abreviar o fim do Movimento.

O AI nº 1 aprovou o Governo Provisório e regulou a sua substituição; estabeleceu punições (cassação de mandatos, direitos políticos e confisco de bens), como se processariam e qual a autoridade responsável pela sua execução; criou uma Comissão Nacional de Investigação; regulou o funcionamento do Legislativo e do Judiciário durante sua vigência.

Após a primeira reunião do *Supremo Comando da Revolução*, o General Mourão e as tropas mineiras saíram de cena, voltando ao seio do I Exército.

Nesta primeira reunião do *Supremo Comando da Revolução* (tarde do dia 2.4.1964), foram realizadas as primeiras cassações de direitos políticos, confisco de bens e reforma de oficiais das Forças Armadas. Os governadores Arraes (PE) e Seixas Doria (SE) perderam seus mandatos, seus direitos políticos e foram recolhidos à Ilha de Fernando de Noronha, para investigações. Vários almirantes, generais e brigadeiros e muitos oficiais superiores das Forças Armadas foram reformados.

O General Castello Branco foi eleito Presidente da República, em pleito indireto, em 16 de abril de 1964, pelo Congresso Nacional e empossado, e deveria apenas concluir o período do antecessor, João Goulart. Nesta decisão política, houve três erros básicos que levaram o Presidente aos maiores dissabores de sua experiência político-administrativa. O primeiro foi ter sido eleito pelos votos de congressistas, muitos coniventes com o *golpismo* de Goulart. O segundo foi por ter sido eleito para período extremamente curto para repor o Brasil nos trilhos. O terceiro, porque a pressa da substituição do Governo provisório fez com que todas as cassações ficassem, como ficaram, a seu cargo, tomando-lhe tempo precioso que poderia dedicar a atos administrativos da maior importância e que dele esperava a Nação.

O Ministério foi organizado às pressas, entretanto, a composição foi excelente e tudo tinha para dar certo, como aconteceu, sob a mão segura e a orientação patriótica do notável cidadão, soldado e administrador que foi o General Humberto de Alencar Castello Branco.

Seu trabalho para a recuperação da economia devastada e para o controle de uma inflação cruel que reduzia os pobres a miseráveis se revelou notável. Baixou a inflação a níveis aceitáveis; restaurou a disciplina em todas as áreas do País; deu combate sistemático e sem trégua à corrupção que estava se tornando institucionalizada. Estabeleceu o planejamento em âmbito nacional, a médio e longo prazos, com objetivos seguros e adaptados às necessidades e possibilidades da Nação; construiu centenas de vilas planejadas para casas populares. Promoveu uma política exterior coerente, corajosa, independente e soberana. Criou o *Proterra*, única tentativa objetiva de realizar uma

reforma agrária, cedendo glebas a agricultores sem terra, sem destruir a estrutura agroindustrial já existente.

Entregou o País a seu sucessor em plena paz e dotado de uma nova e excelente Carta Magna. Realizou um trabalho gigantesco, obra de um verdadeiro estadista. Não gastou com supérfluos, não enriqueceu à custa do cargo, marcou seu governo como um período de exclusiva dedicação à sua missão e ao Brasil. Infelizmente, teve de violentar sua consciência, permitindo, constrangido, a prorrogação de seu mandato para o que resultou um novo Ato Institucional.

Desenvolveu grande esforço no sentido de passar o Governo a uma personalidade civil. Inicialmente, pensou no Governador Lacerda de quem era amigo e admirador. Desistiu diante de ataques sistemáticos, sem fundamento e estapafúrdios que lhe dirigia o ex-Governador da Guanabara. Depois pensou no Dr Bilac Pinto. Mandou-o para Paris, como embaixador, buscando abrir-lhe prestígio internacional, mas não foi bem-sucedido em fazer dele o seu sucessor. Terminou aceitando seu amigo e companheiro de turma de formação, o General Costa e Silva a quem muito apreciava, embora mantivesse algumas dúvidas quanto ao comportamento de algumas pessoas de seu círculo de amizades.

Para infelicidade do Brasil, elementos de esquerda, apátridas ligados a movimentos alienígenas de diferentes linhas marxistas, voltaram-se para a violência armada e não permitiram que fossem experimentados o *Proterra* e, muito menos, a excelente Constituição de 1967. Pela atuação desses foi tentada, pela terceira vez, a tomada do poder. Eles levaram a Nação a um infeliz e longo atraso democrático.

Como qualificar o posicionamento das Forças Armadas em 1964? Revolta? Golpe de Estado? Revolução? Para responder a essas indagações, cabe, antes, fazer mais uma pergunta: O que desejava a sociedade naquela ocasião? Certamente ela estava muito preocupada e inquieta com os níveis de desordem, insegurança e a possibilidade iminente de um golpe comunista. Que fazer quando já não há mais um governo que mereça respeito e confiança ou quando ele mesmo é o principal agente da desordem e da ilegalidade? Na-

quele longínquo 31 de março de 1964, que poderiam e deveriam fazer as Forças Armadas da Nação? Elas seguiram sua destinação constitucional e agiram no contexto de movimento cívico-militar. A ação das Forças Armadas, naquelas circunstâncias, foi um ato lícito e indispensável, conduzido dentro dos quadros institucionais, com oportunidade e energia necessárias para deter a marcha acelerada do País para a desordem e a violência com o objetivo de transformá-lo em uma *república sindicalista-marxista*. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



O Duque de Ferro

Eugênio Vilhena de Moraes

A Biblioteca do Exército Editora reuniu nesta obra duas outras do mesmo autor que retratou a vida e as ações militares de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

É composta por textos escritos em diferentes momentos, guardando, entretanto, sua unidade, a qual é facilitada pela própria temática. Não se trata de uma biografia, mas de episódios da vida de Caxias, corretamente inseridos no conjunto de sua época. Esta obra revela-se uma contribuição positiva para o melhor conhecimento de Caxias.